

dras scientificas nacionaes, ás quaes virão trazer o espirito vivificante da especialização e da iniciativa observadora e experimental, mas sobre a vida industrial e economica, que hoje se alimenta por toda a parte da actividade e do progresso da sciencia; e aquelles que tenham frequentado as escolas especiaes, industriaes ou agricolas, seguindo cursos de caracter nitidamente pratico, serão desde logo valiosissimos elementos de acção economica, destinados a representar immediatamente uma salutar influencia na valorização das fontes de riqueza nacional.

Alem d'isso, educados em meios sociaes, onde a energia, a disciplina, o habito de trabalho, o espirito de iniciativa e independencia, o sentimento da confiança em si proprio são virtudes communs e dominantes, todos esses individuos trarão para Portugal o germe de uma energica reacção contra as tendencias nacionaes oppostas, tão geraes e tão fortes, que as nossas escolas não só não podem contrariá-las, como se teem deixado arrastar por ellas, em verdade quasi sempre desajudadas de um alto pensamento reformador que as auxilie a resistir, a lutar e a vencer.

A par do pensamento pedagogico já citado, revela a iniciativa do Governo o justo desejo de beneficiar com as pensões do Estado sobretudo as classes mais desfavorecidas e, dentro d'estas, os individuos mais pobres e os mais distinctos. Assim, ao mesmo tempo que se prestará á collectividade um alto serviço de auxilio á indispensavel remodelação educativa e economica, premiar-se-ha o trabalho e o merecimento, justamente onde elles se encontrem mais desprotegidos da fortuna material.

Excluem-se da concorrência ás pensões as especialidades de ensino como a medicina, a mathematica, as sciencias sociaes, as humanidades, etc., porque ellas serão attendidas quando se tratar da remodelação autonómica das escolas superiores, e ainda porque essas especialidades, não sendo das que directamente influem na produção de riqueza economica, não entram no alvo sobretudo utilitário da iniciativa do Governo.

Limita-se taxativamente o numero de países onde as pensões devem ser aproveitadas, tendo-se preferido aquelles que no consenso universal possuem em geral educação e ensino modelares, e os que se recommendam por quaesquer especialidades pedagogicas, como a Suecia para o ensino da gymnastica hygienica e dos trabalhos manuaes nas escolas.

Attribue-se todo o valor, no concurso ás pensões, não só ás classificações, mas tambem ás recommendações fundamentadas das escolas; e estabelece-se o criterio para avaliação da condição de pobreza, ao mesmo tempo que se procura evitar a concorrência de individuos que já estejam fora da idade escolar e dos seus habitos especiaes de trabalho discente, e contrariar a accumulção simultanea de duas pensões na mesma familia.

A forma como está regulado o concurso ás pensões representa o primeiro grande passo no sentido de libertar o ensino das pressões politicas, pois procura cercar de todas as garantias de justiça a distribuição das pensões do Estado, entregando a a uma alta e respeitavel corporação que sempre tem sabido mostrar-se indemne ás investidas do partidario, e expondo á mais clara publicidade os motivos da preferéncia no concurso.

\*  
\* \*

Senhor. — A proposta de lei que, no sentido exposto, o Governo teve a honra de apresentar ao Parlamento em outubro de 1906, foi presente ás commissões competentes da Camara dos Senhores Deputados, por ellas approvada, e especialmente pela de instrucção superior e especial, que não só approvou como applaudiu calorosamente a iniciativa do Governo, consignando a esperança de que, ex-

cutada com os cuidados e a isenção que no proprio texto estavam e estão garantidos, a medida proposta viesse a «produzir excellentes frutos, não só sob o ponto de vista estricto do ensino, mas tambem pelo que respeita ao desenvolvimento economico do país».

Sob tão favoraveis auspícios, julga o Governo poder affirmar que a proposta então apresentada e tão lisonjeiramente recebida na Camara dos Senhores Deputados seria já hoje lei do país, se o funcionamento normal das Côrtes não tivesse sido entravado pelos acontecimentos de todos conhecidos.

Taes são as fortes razões em que o Governo se apoia para submeter á alta approvação de Vossa Magestade o seguinte decreto.

Paço, em 29 de maio de 1907. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *Antonio José Teixeira de Abreu* — *Fernando Augusto Miranda Martins de Carvalho* — *Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto* — *Ayres de Ornelas de Vasconcellos* — *Luciano Affonso da Silva Monteiro* — *José Macieiro Reygnão*.

#### DECRETO N.º 1

Attendendo ao que me representaram o Conselheiro do Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e os Ministros e Secretarios de Estado das outras Repartições: hei por bem decretar, para ter força de lei, o seguinte:

Artigo 1.º É destinada a verba de 100:000\$000 réis annuaes para pensões a alumnos e professores portugueses no estrangeiro.

Art. 2.º Haverá as seguintes classes de pensões:

1.ª Para alumnos habilitados com o diploma do curso dos lyceus, 1.ª secção, com o fim de frequentarem no estrangeiro escolas agricolas, ou de officios, ou do ensino secundario chamado real ou moderno, com preferéncia, respectivamente, para os filhos de agricultores, de operarios ou mestres de officinas, e de officiaes do exercito e da armada ou funcionarios publicos civis;

2.ª Para alumnos diplomados pelas escolas industriaes e agricolas, pelo Instituto de Agronomia e pelos Institutos Industriaes e Commercias, com o fim de estudarem qualquer especialidade agronomica ou de continuarem e concluirem no estrangeiro os estudos technicos e a aprendizagem industrial a que se hajam dedicado, tendo preferéncia no concurso a esta classe de pensões os filhos de operarios e mestres de officinas, ou os filhos de agricultores pobres, conforme se tratar de pensões para estudos industriaes ou para estudos agricolas;

3.ª Para alumnos diplomados por quaesquer escolas de habilitação para o professorado primario, os quaes frequentarão no estrangeiro institutos onde se preparem para ser mais tarde em Portugal professores de trabalhos manuaes educativos, de physica, chimica, historia natural e desenho nas escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario;

4.ª Para alumnos com o curso complementar de sciencias dos lyceus centraes portuguezes, com o fim de seguirem nas universidades ou institutos technicos superiores do estrangeiro cursos de sciencias physico-naturaes, puras ou applicadas, sendo preferidos no concurso a esta classe de pensões os filhos de officiaes do exercito e da armada ou de funcionarios publicos civis;

5.ª Para alumnos do curso de habilitação para o magisterio secundario do Curso Superior de Letras que tenham concluido o 3.º anno, com o fim de se aperfeiçoarem, nos respectivos países, na pratica das linguas modernas e nos seus processos de ensino; e ainda para individuos habilitados com o curso de habilitação ao magisterio secundario de sciencias physico-chimicas ou historico-naturaes e desenho, para estudarem os melhores methodos de ensino d'essas disciplinas;



6.<sup>a</sup> Para professores de instrução primaria com notas de serviços distinctos e capacidade provada, para irem aperfeiçoar-se nos methodos de ensino e serem depois aproveitados em Portugal no serviço pedagogico que o Governo lhes designar;

7.<sup>a</sup> Para professores de mecanica e de industrias chemicas das escolas industriaes, com o fim de estudarem os processos mais praticos e efficazes do ensino d'essas disciplinas;

8.<sup>a</sup> Para professores de linguas modernas e de sciencias physico-naturaes dos lyceus portuguezes e do Real Collegio Militar, com o fim de se aperfeiçoarem na pratica das linguas e no methodo experimental do ensino das sciencias, e com obrigação de apresentarem dentro de tres meses, posteriores ao regresso, os seus relatorios circumstanciados.

§ 1.<sup>o</sup> Os pensionistas da 1.<sup>a</sup> classe que hajam terminado, com optimo aproveitamento, em escolas secundarias do estrangeiro, os cursos respectivos, podem continuar a ser pensionados pelo Estado nos termos da classe 4.<sup>a</sup>

§ 2.<sup>o</sup> As pensões da 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> classes durarão apenas por um anno para cada pensionista e terão annualmente a seguinte distribuição: oito pensões de cada uma das duas secções da 5.<sup>a</sup> classe, vinte da 6.<sup>a</sup>, cinco da 7.<sup>a</sup> e cinco para cada uma das duas divisões da 8.<sup>a</sup>

Art. 3.<sup>o</sup> As pensões poderão ser aproveitadas nas escolas ou cursos secundarios, superiores, especiaes, technicos e de officios, da Alemanha, Inglaterra, França, Austria, Suissa, Belgica e Suecia, e ainda da Italia, pelo que diz respeito ao ensino agricola.

Art. 4.<sup>o</sup> Sempre que a duração dos cursos no estrangeiro seja superior a quatro annos, o alumno pensionista deverá passar em Portugal, de dois em dois annos pelo menos, as suas maiores ferias escolares.

Art. 5.<sup>o</sup> As preferencias de classes sociaes estabelecidas dos n.<sup>os</sup> 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> do artigo 2.<sup>o</sup> terão sempre logar em igualdade de circumstancias quanto ao merito dos concorrentes.

Art. 6.<sup>o</sup> Só podem ser concedidas pensões a concorrentes distinctos e pobres. A primeira d'estas condições verificar-se-ha pelas classificações academicas e recommendações fundamentadas dos conselhos escolares, as quaes devem attender não só á aptidão, mas tambem á applicação, assiduidade e procedimento; e a segunda pela conjuncção de duas circumstancias: exiguidade das contribuições pagas pelo chefe da familia do concorrente e numero dos individuos em idade de educação, cujo sustento esteja a cargo d'aquelle.

§ 1.<sup>o</sup> São excluidos do concurso ás pensões, salvo casos muito excepcionaes de merecimento, o irmão ou irmãos de algum alumno que esteja sendo pensionado pelo Estado nos termos da presente lei.

§ 2.<sup>o</sup> Nenhuma pensão pode ser definitivamente concedida sem previa inspecção medica rigorosa, que conclua pela robustez physica do candidato.

§ 3.<sup>o</sup> Para admissão ás diversas classes de pensões haverá os seguintes limites de idade, alem dos quaes não poderão ser concedidas pensões a nenhum concorrente: 1.<sup>a</sup> classe, 15 annos; 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup>, 25 annos; 4.<sup>a</sup>, 18 annos; 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup>, 35 annos.

Art. 7.<sup>o</sup> A importancia de cada pensão será restricta ás necessidades do sustento modesto do pensionista e deve ser fixada segundo as localidades estrangeiras onde este tenha de viver, ouvindo-se a tal respeito os respectivos agentes diplomaticos ou consulares de Portugal, e publicando-se no *Diario do Governo* uma tabella da importancia das pensões nos diversos paises.

Art. 8.<sup>o</sup> O concurso ás pensões será documental e realizar-se-ha perante o Conselho Superior da Instrução Publica, que apresentará uma proposta graduada para cada uma das classes de pensões, da qual o Governo só poderá divergir por virtude de resolução tomada em Conselho de

Ministros e publicada no *Diario do Governo* juntamente com a proposta do Conselho Superior.

Art. 9.<sup>o</sup> As pensões não se tornam validas senão depois da sua publicação no *Diario do Governo*, juntamente com as propostas graduadas do Conselho Superior de Instrução Publica; e, uma vez concedidas, só poderão ser retiradas, precedendo voto affirmativo do mesmo Conselho.

§ unico. Qualquer concorrente que não haja sido admitido tem direito a requerer a publicação no *Diario do Governo* dos documentos e informações respeitantes a quaesquer concorrentes á respectiva classe de pensões.

Art. 10.<sup>o</sup> A fixação da importancia das pensões e a distribuição, pelas varias classes de estudos estabelecidas no artigo 2.<sup>o</sup>, da verba total a ellas destinada, serão feitas pelo Governo até o fim do mês de junho de cada anno, ouvido o Conselho Superior da Instrução Publica, e as Direcções Geraes da Instrução Publica, da Agricultura e do Commercio e Industria.

§ unico. Nesta distribuição obedecer-se-ha sempre ao criterio de reservar pelo menos duas terças partes do total das pensões á frequencia das escolas allemãs, suissas e belgas; e uma terça parte, pelo menos, aos estudos que mais directamente conduzam á preparação para o professorado primario, normal, especial e secundario.

Art. 11.<sup>o</sup> Salvo casos muito excepcionaes, em nenhuma escola estrangeira poderão matricular-se mais de quatro pensionistas portuguezes.

Art. 12.<sup>o</sup> A fiscalização do aproveitamento dos pensionistas deverá ser feita pelas legações e consulados de Portugal, que á Direcção Geral da Instrução Publica enviarão as respectivas informações; alem d'isso os pensionistas são obrigados a remetter á mesma Direcção Geral, no fim de cada anno escolar, os attestados do seu aproveitamento, sob pena de perda da pensão.

§ unico. A fiscalização attenderá não só ao aproveitamento lectivo, mas tambem ao procedimento moral e civil do pensionista, sendo retiradas as pensões por mau aproveitamento e devendo rigorosamente sê-lo, desde que o procedimento do pensionista no estrangeiro não seja exemplar e possa acarretar qualquer desprestigio moral ao pais e ás suas missões escolares.

Art. 13.<sup>o</sup> Aos cursos integralmente feitos e diplomas obtidos no estrangeiro nas escolas de que trata o artigo 2.<sup>o</sup> d'este decreto é garantida equiparação perfeita de regalias com os cursos nacionaes similares.

Art. 14.<sup>o</sup> O Estado não se constitue na obrigação, mas reserva-se o direito de nomear para quaesquer cargos publicos remunerados, harmonicos com as respectivas habilitações, os individuos que no estrangeiro hajam concluido os seus cursos nos termos do presente decreto.

§ unico. Os individuos pensionados pelo Estado nos termos das classes 3.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> do artigo 2.<sup>o</sup> são obrigados a regressar ao pais, findo o prazo da pensão; os que hajam beneficiado das outras classes de pensões terão, quando não queiram voltar ao pais e fixar-se nelle, depois de habilitados com os cursos estrangeiros, obrigação civil de indemnizar o Estado por todas as despesas com elles feitas.

Art. 15.<sup>o</sup> Para o ensino de gymnastica escolar a alumnos e a professores portuguezes poderá o Governo contratar até seis individuos da respectiva nacionalidade, competentemente habilitados pelo Instituto de Stockholm; e para a organização e direcção de escolas infantis ou jardins da infancia, até tres professoras estrangeiras, devidamente habilitadas para o respectivo ensino, segundo a sua mais moderna orientação.

Art. 16.<sup>o</sup> Os concorrentes a quem haja sido concedida qualquer pensão de estudo nos termos d'este decreto são adiados do alistamento militar até concluirem os cursos a que se destinam, não excedendo porem a idade de vinte e oito annos.



Art. 17.º Para os effeitos d'este decreto consideram-se como fazendo parte do Conselho Superior da Instrução Publica, com direito de discussão e de voto, os directores geraes da Instrução Publica, da Agricultura e do Commercio e Industria.

Art. 18.º Os negocios de que trata o presente decreto correrão pela 4.ª Repartição da Direcção Geral da Instrução Publica.

Art. 19.º Uma commissão constituida pelos directores geraes da Instrução Publica, da Agricultura e do Commercio e Industria, e por dois membros do Conselho Superior da Instrução Publica, elaborará os regulamentos necessarios á execução do presente decreto.

Art. 20.º (transitorio). Se não puder fazer-se, a tempo de ser posta em execução no fim do anno lectivo corrente, a fixação de que trata o artigo 7.º d'este decreto, fica o Governo autorizado a estabelecer o quantitativo das pensões, sobre proposta organizada pelas Direcções Geraes da Instrução Publica, da Agricultura e do Commercio e Industria, e com o voto affirmativo do Conselho Superior da Instrução Publica.

Art. 21.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e os Ministros e Secretarios de Estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de maio de 1907. — REI. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *Antonio José Teixeira de Abreu* = *Fernando Augusto Miranda Martins de Carvalho* = *Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto* = *Ayres de Ornellas de Vasconcellos* = *Luciano Affonso da Silva Monteiro* = *José Malheiro Reymão*.

D. do G. n.º 120, de 31 de maio de 1907.

Senhor. — Foi presente á Camara dos Senhores Deputados, na ultima sessão legislativa, um projecto de lei no sentido de ser eliminada da legislação vigente parte da doutrina do artigo 11.º do decreto n.º 5 de 24 de dezembro de 1901, que reorganizou o Curso Superior de Letras, por forma a poder servir de preparação para o professorado do magisterio secundario.

Autorizou aquelle artigo a matricula no 1.º anno do Curso Superior de Letras com a habilitação do curso dos lyceus, feito segundo o regime anterior a 1895, somente durante os dois annos seguintes a 1901, e ainda com a condição de que os alumnos matriculados nestes termos apresentariam certidão da approvação no exame de allemão para a matricula no 2.º anno.

Suppôs-se, naturalmente, que passados dois annos alem de 1901, não haveria mais alumnos que, tendo o curso dos lyceus, segundo o regime anterior a 1895, pretendessem matricular-se no Curso Superior de Letras. Só assim poderia justificar-se esta restricção.

Mas, desde que se reconhece que ainda hoje ha individuos que desejam matricular-se neste curso com aquella habilitação, comprehende-se quanto é de justiça e equitativo attender essa pretensão, e modificar neste sentido a nossa legislação de uma maneira completa.

Para tirar esta conclusão basta attender á hypothese, muito admissivel, de ainda "quererem frequentar aquelle curso bachareis formados em direito ou theologia, habilitados com o curso dos lyceus do regime anterior a 1895, e não se poder justificar que lhes seja negado esse direito.

Assim o comprehenderam, Senhor, não só a Camara dos Senhores Deputados, approvando o projecto que nesse sentido lhe foi apresentado, mas ainda a commissão competente da Camara dos Dignos Pares do Reino, dando voto approvativo á proposição de lei em que aquelle projecto se converteu. E não sendo justo que da interrupção

do funcionamento das Côrtes resulte o mallogro completo de uma medida que a todos se afigura de equitativa e urgente oportunidade, temos a honra de submeter á approvação de Vossa Magestade o seguinte decreto.

Paço, em 29 de maio de 1907. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *Antonio José Teixeira de Abreu* = *Fernando Augusto Miranda Martins de Carvalho* = *Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto* = *Ayres de Ornellas de Vasconcellos* = *Luciano Affonso da Silva Monteiro* = *José Malheiro Reymão*.

## DECRETO N.º 2

Attendendo ao que me representaram o Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e os Ministros e Secretarios de Estado das outras Repartições: hei por bem decretar, para ter força de lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os individuos habilitados com qualquer dos cursos de instrução secundaria, conforme a legislação anterior ao decreto de 14 de agosto de 1895, podem matricular-se nos cursos a que se refere o artigo 6.º e paragraphos do decreto n.º 5 de 24 de dezembro de 1901, ficando, porem, obrigados a apresentar certidão do exame da lingua allemã ou inglesa para a matricula no 2.º anno.

§ 1.º A disposição d'este artigo será applicada a todos aquelles que no anno lectivo corrente se houverem matriculado provisoriamente, ou requerido essa matricula, em algum dos referidos cursos.

§ 2.º Os individuos mencionados no paragrapho anterior só podem aproveitar o beneficio da sua disposição se nos oito dias immediatos á publicação d'esta lei tornarem definitiva a matricula referida.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e os Ministros e Secretarios de Estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de maio de 1907. — REI. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *Antonio José Teixeira de Abreu* = *Fernando Augusto Miranda Martins de Carvalho* = *Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto* = *Ayres de Ornellas de Vasconcellos* = *Luciano Affonso da Silva Monteiro* = *José Malheiro Reymão*.

D. do G. n.º 120, de 31 de maio de 1907.

Senhor. — Em 27 de novembro ultimo foi pelo Governo apresentada á Camara dos Senhores Deputados uma proposta de lei simplificando o processo civil e commercial em relação ás causas de pequeno valor.

Nessa proposta se baseia o presente projecto de decreto, que adoptou substancialmente a sua doutrina, modificando apenas aquellas disposições que um novo estudo demonstrou pederem ser melhoradas no sentido de alcançar mais facilmente os fins que o Governo se propunha e que desconvolidamente constam do seguinte relatorio, que precedeu a mesma proposta, e serve de justificação aos seus preceitos:

«A legislação vigente sobre processo civil e commercial, quer se trate de questões de avultada importancia, quer de pleitos de pequenissimo valor, subordina aos tramites morosos, complicados e sempre dispendiosos do processo ordinario todas as acções sobre bens mobiliarios ou immobiliarios que não devam seguir qualquer processo especial.

São obvios os graves inconvenientes de tal systema que, nas questões de pequeno valor, torna inacessivel ou pelo menos difficulta extraordinariamente o emprego dos meios coercivos da justiça a quem d'elles careça para fazer valer os seus direitos e não tenha recursos pecunia-